

ANÚNCIO PROCEDIMENTO CONCURSAL COMUM PARA RECRUTAMENTO DE DOIS TÉCNICOS DE SISTEMAS E TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO, NA MODALIDADE DE CONTRATO DE TRABALHO EM FUNÇÕES PÚBLICAS, POR TEMPO INDETERMINADO

1. Procedimento Concursal

Nos termos do disposto no artigo 11.º da Portaria n.º 233/2022, de 9 de setembro, a seguir designada de Portaria, conjugado com os artigos 30.º e 33.º da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas (LTFP), aprovada pela Lei n.º 35/2014 de 20 de junho e legislação subsequente, torna-se público que, por despacho do Diretor-geral do Instituto Hidrográfico, datado de 28 de junho de 2024, se procede à abertura, pelo prazo de 10 dias úteis, a contar da data da publicação do presente aviso no *Diário da República*, o seguinte procedimento concursal comum, destinado ao recrutamento, para preenchimento de 2 (dois) postos de trabalho, da carreira e categoria de Técnico de Sistemas e Tecnologias de Informação, para a Divisão da Administração de Sistemas da Direção de Documentação, previstos e não ocupados do Mapa de Pessoal do Instituto Hidrográfico, na modalidade de relação jurídica de emprego público de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado.

2. Valorização Profissional

Em cumprimento do previsto na Lei n.º 25/2017 de 30 de maio, consultada a Direção-Geral da Administração e do Emprego Público, na qualidade de entidade gestora do sistema de requalificação, foi declarada a inexistência de trabalhadores em situação de valorização profissional, cujo perfil se adequa às características do posto de trabalho em causa.

3. Caracterização do Posto de Trabalho

Ao posto de trabalho a ocupar corresponde o conteúdo funcional descrito no anexo referido no n.º 2 do artigo 88.º da LTFP, na carreira e categoria de Técnico de Sistemas e Tecnologias de Informação, correspondendo a um grau de complexidade funcional 2.

O Técnico de Sistemas e Tecnologias de Informação deverá desempenhar, com autonomia e responsabilidade, funções e tarefas inerentes à sua qualificação profissional, com destaque para as seguintes funções:

- Gestão da Active Directory
- Configuração de Servidores Windows / Linux
- Instalação / configuração e manutenção de PC's e Hardware
- Virtualização com VMware
- Análise de sistemas de informação
- Conhecimento de Redes, switches, bastidores
- Conhecimento de gestão de backups, firewalls
- Helpdesk

4. Local de trabalho

Instalações do IH, situadas na Rua das Trinas, n.º 49, 1249-093 Lisboa, e na Base Hidrográfica da Azinheira, na Quinta da Trindade, Azinheira 2840-515 Seixal.

5. Posição Remuneratória

A posição remuneratória de referência é a 2.^a posição remuneratória da carreira de Técnico de Sistemas e Tecnologias de Informação, que corresponde ao nível remuneratório 14 da Tabela Remuneratória Única, aprovada pela Portaria nº 1553-C/2008, de 31 de dezembro, na sua redação atual, sem prejuízo dos condicionamentos impostos pela Lei de Orçamento de Estado. Não haverá lugar a qualquer valorização remuneratória dos candidatos, salvo se o trabalhador detenha um contrato em funções públicas e possua posição remuneratória superior.

Em cumprimento do disposto no nº 3 do artigo 38.º da Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, os candidatos detentores de uma prévia relação jurídica de emprego público por tempo indeterminado, informam, prévia e obrigatoriamente, o Instituto Hidrográfico do posto de trabalho que ocupam e da posição remuneratória correspondente à remuneração que auferem.

6. Requisitos de Admissão

Os candidatos devem reunir os seguintes requisitos, até à data limite para apresentação das candidaturas:

6.1. Requisitos gerais de admissão, previstos no artigo 17.º da LTFP, nomeadamente:

6.1.1. Ter nacionalidade portuguesa, quando não dispensada pela Constituição da República Portuguesa, por convenção internacional ou por lei especial;

6.1.2. Ter 18 anos de idade completos;

6.1.3. Não estar inibido do exercício de funções públicas ou interdito para o exercício daquelas que se propõe desempenhar;

6.1.4. Possuir a robustez física e o perfil psíquico indispensáveis ao exercício das funções;

6.1.5. Ter cumprido as leis de vacinação obrigatória.

6.2. Requisitos especiais de admissão:

6.2.1. Ser detentor de vínculo de emprego público por tempo indeterminado previamente constituído, conforme n.º 3 do artigo 30.º da LTFP;

6.2.2. Ser titular do 12º ano na área de Administração de Sistemas e Redes, a que corresponde o grau de complexidade funcional 2, de acordo com o previsto no artigo 86º da LTFP, não sendo possível a substituição do nível habilitacional por formação profissional ou experiência profissional.

6.3. De acordo com o disposto na alínea k) do n.º 3 do artigo 11.º da Portaria, não podem ser admitidos candidatos que, cumulativamente, se encontrem integrados na carreira Técnico de Sistemas e Tecnologias de Informação, sejam titulares da categoria e, não se encontrando em situação de mobilidade, ocupem postos de trabalho previsto no mapa de pessoal do Instituto Hidrográfico, idêntico ao posto de trabalho para cuja ocupação se publicita este procedimento.

7. Prazo de validade

Nos termos do n.º 5 e 6 do artigo 25.º da Portaria, o procedimento concursal é válido para ocupação de idênticos postos de trabalho a ocorrer no prazo máximo de 18 meses contados da data de homologação da lista unitária de ordenação final do presente procedimento (reserva de recrutamento interna).

8. Formalização de Candidaturas

A apresentação da candidatura é efetuada, preferencialmente, em suporte eletrónico, através do preenchimento do modelo de formulário tipo, disponível para *download* em <http://www.hidrografico.pt>, no separador Recrutamento, conforme o artigo 13º da Portaria.

8.1. Apresentação

As candidaturas poderão ser remetidas eletronicamente para o endereço recrutamento@hidrografico.pt ou entregues pessoalmente, durante o seguinte horário: 10h às 12h e das 14h às 16:30h, na Divisão de Recursos Humanos do Instituto Hidrográfico, localizado na Rua das Trinas n.º 49, 1249-093 Lisboa, ou através de correio registado e com aviso de receção, para a mesma morada, endereçada ao Instituto Hidrográfico, Divisão de Recursos Humanos. A sua expedição deve ocorrer até ao termo do prazo fixado na publicitação para entrega das candidaturas, findo o qual as mesmas não serão consideradas.

8.2. Documentação

O formulário tipo de candidatura, devidamente preenchido e assinado, deve ser acompanhado, sob pena de exclusão, da seguinte documentação, legível:

8.2.1. Fotocópia do certificado de habilitações literárias;

8.2.2. *Curriculum vitae* tipo *Europass* detalhado, datado e assinado;

8.2.3. Fotocópia de documento comprovativo da formação profissional frequentada e relacionada com a caracterização do posto de trabalho a ocupar;

8.2.4. Declaração emitida e autenticada pelos serviços competentes a que o candidato pertence, atualizada, com data posterior à data do presente aviso, da qual conste:

- a) A modalidade do vínculo de emprego público detida;
- b) A carreira/categoria de que seja titular;
- c) A posição e nível remuneratório em que se encontra posicionado, com indicação do respetivo valor;
- d) O tempo de serviço na carreira, categoria e na Administração Pública;
- e) O tempo de execução das atividades inerentes ao posto de trabalho que ocupa e o grau de complexidade das mesmas, bem como a menção da avaliação do desempenho (qualitativa e quantitativa) relativamente aos dois últimos biénios, ou indicação de que não possui avaliação de desempenho no período, por razões que não são imputáveis ao candidato.

8.2.5. Declaração do conteúdo funcional exercido, devidamente atualizada e autenticada, emitida pelo órgão ou serviço de origem, da qual conste a caracterização detalhada das tarefas atualmente desempenhadas e desde que data;

8.3. Os trabalhadores em exercício de funções no Instituto Hidrográfico ficam dispensados de apresentar os documentos pedidos no ponto 8.2.3, 8.2.4, 8.2.5 se referirem expressamente no formulário de candidatura, que os mesmos se encontram arquivados no seu processo individual;

8.4. O não preenchimento ou o preenchimento incorreto dos elementos relevantes do formulário por parte dos candidatos é motivo de exclusão;

8.5. A não apresentação dos documentos comprovativos da reunião dos requisitos legalmente exigidos, que impossibilitem a admissão ou avaliação dos candidatos determina a sua exclusão do procedimento, nos termos da alínea a) e b) do n.º 5 do artigo 15.º da Portaria;

8.6. As falsas declarações prestadas pelos candidatos serão punidas nos termos da lei;

8.7. Em conformidade com o n.º 3 do artigo 15.º da Portaria, assiste ao júri, a faculdade de exigir, a qualquer candidato, a apresentação de documentos comprovativos de factos por ele referidos que possam relevar para a apreciação do seu mérito.

9. Composição do Júri

Presidente – Capitão-de-mar-e-guerra Paulo Jorge de Oliveira Vieira;
Vogais Efetivos – CTEN ST-EINF Marisa Pedrosa, que substituirá o presidente nas suas faltas e impedimentos e Técnica Superior Sandra Dulce Vilar da Silva dos Santos;
Vogais Suplentes – Especialista de Sistemas e Tecnologias de Informação Nuno Viana e Técnica Superior Corina Maria Simões Veloso Marques Vieira.

10. Métodos de Seleção

Nos termos do disposto no n.º 5 do artigo 36.º da LTFP, conjugado com o n.º 1 do artigo 4.º da Portaria, considerando que o procedimento é circunscrito a candidatos com vínculo de emprego público por tempo indeterminado, previamente constituído, serão utilizados como método de seleção obrigatório, a Prova de Conhecimentos (PC) ou a Avaliação Curricular (AC), consoante os casos previstos, respetivamente, no n.º 1 ou no n.º 2 do artigo 36.º da LTFP, e como método complementar a Entrevista Avaliação de Competências (EAC), conforme previsto na alínea d) do n.º 1, do artigo 17.º da Portaria n.º 233/2022, de 9 de setembro.

10.1. Apenas aos candidatos que reunirem as condições referidas no n.º 2 do artigo 36.º da LTFP, ser-lhes-á aplicado, caso não tenham exercido a opção pelo afastamento dos métodos legalmente previstos a AC, e como método complementar a EAC.

10.2. A valoração nos métodos anteriormente referidos será traduzida numa escala de 0 a 20 valores, com arredondamento às centésimas, de acordo com a especificidade de cada método, através da aplicação das seguintes formulas finais:

$$CF = 0,70 \times PC + 0,30 \times EAC \text{ ou } CF = 0,70 \times AC + 0,30 \times EAC$$

em que:

CF = Classificação Final;

PC = Prova de Conhecimentos;

AC = Avaliação Curricular

EAC = Entrevista Avaliação de Competências.

10.3. Prova de Conhecimentos

A Prova de Conhecimentos (PC) é obrigatória para os candidatos abrangidos pelo n.º 1 do artigo 36.º, do anexo, à Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, sendo aplicada aos candidatos que não estejam a cumprir ou a executar as atividades caracterizadoras do posto de trabalho em causa, bem como aos candidatos em situação de valorização profissional que, imediatamente antes, não tenham desempenhado aquelas atividades ou àqueles que, encontrando-se nessa situação, tenham optado pela aplicação da prova de conhecimentos, nos termos do n.º 2 do artigo 36.º da LTFP.

10.3.1. A Prova de Conhecimentos visa avaliar os conhecimentos académicos e profissionais e as competências técnicas dos candidatos, necessários ao exercício das funções correspondentes à caracterização dos postos de trabalho a ocupar. Por competências técnicas entende-se a capacidade para aplicar os conhecimentos a situações concretas e à resolução de problemas, no âmbito da atividade profissional.

10.3.2. A Prova de Conhecimentos tem uma ponderação de 70 % da nota final, é de realização individual, revestirá a forma escrita, de natureza teórica, composta por um grupo de perguntas de escolha múltipla, correspondência e classificação de verdadeiro e falso, efetuada em suporte de papel, tendo a duração máxima de uma hora e 30 minutos (90 minutos) e incidirá sobre os temas referidos no ponto 10.3.6 deste Aviso e a que se reportam as referências e legislação identificados no ponto 10.3.7 deste Aviso;

10.3.3. No decorrer da prova os candidatos não podem, por quaisquer meios, comunicar entre si ou com qualquer outra pessoa, sendo, contudo, permitido a consulta exclusiva à legislação, em suporte de papel, identificada no presente Aviso.

10.3.4. Durante a Prova de Conhecimentos não é permitida a utilização de qualquer equipamento informático. As provas não poderão ser assinadas, sendo apenas identificadas por uma numeração convencional a atribuir pelo júri, a qual substitui o nome do candidato até que se encontre completa a sua avaliação.

10.3.5. A Prova de Conhecimentos será valorada numa escala de 0 (zero) a 20 (vinte) valores. Os candidatos que se apresentem à Prova de Conhecimentos devem ser portadores de bilhete de identidade, cartão de cidadão, passaporte ou outro documento válido, emitido por serviço do Estado, que contenha fotografia, de modo a permitir a sua identificação.

10.3.6. A Prova de Conhecimentos incidirá sobre conteúdos de natureza específica na área do posto de trabalho colocado a concurso e versará sobre as seguintes matérias:

- a) Orgânica da Marinha e Orgânica do Instituto Hidrográfico;
- b) Regime Geral do Trabalho em Funções Públicas e Código do Trabalho;
- c) Sistema Integrado de Gestão e Avaliação do Desempenho da Administração Pública;
- d) Código do Procedimento Administrativo;
- e) Gestão da Active Directory
- f) Configuração de Servidores Windows / Linux
- g) Instalação / configuração e manutenção de PC's e Hardware
- h) virtualização com VMware
- i) Análise de sistemas de informação
- j) Conhecimento de Redes, switches, bastidores
- k) Conhecimento de gestão de backups, firewalls
- l) Helpdesk

As seguintes referências e legislação servirão de suporte à realização da prova de conhecimentos:

- a) Decreto-lei n.º 185/2014, de 29 de dezembro, que aprovou a nova Lei Orgânica da Marinha;
- b) Decreto-lei n.º 230/2015, de 12 de outubro, que aprovou a nova Lei Orgânica do Instituto Hidrográfico;
- c) Lei Geral de Trabalho em Funções Públicas – Aprovada pela Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, na sua versão atualizada;
- d) Código do Trabalho – Aprovado pela Lei n.º 7/2009, de 12 de fevereiro, na sua versão atualizada;
- e) Portaria nº 233/2022, de 9 de setembro – Regulamenta a tramitação do procedimento concursal;
- f) Sistema Integrado de Gestão e Avaliação do Desempenho na Administração Pública – Lei n.º 66-B/2007, de 28 de dezembro, na sua versão atualizada;
- g) Código do Procedimento Administrativo – Aprovado pelo Decreto-lei n.º 4/2015, de 7 de janeiro, na sua versão atualizada;
- h) Arquitetura dos Sistemas de Informação, FCA, Luís Silva Rodrigues;
- i) Planeamento de Sistemas de Informação, FCA, Luís Amaral e João Varajão;
- j) Thinking in Java, Prentice Hall, New Jersey, ISBN 0131872486 (4.ª Ed.), Bruce Eckel;
- k) Computer Networks, Dorling Kindersley Pvt Ltd, Andrew S. Tanenbaum;
- l) Redes Digitais com Integração de Serviços, Editorial Presença, Mário Serafim Nunes e Augusto Júlio Casaca;
- m) Engenharia de Redes Informáticas, FCA, Edmundo Monteiro e Fernando Boavista (Capítulo 7. Segurança);
- n) Web Design – Estrutura, Conceção e Produção de Sites Web, FCA, Bruno Figueiredo;
- o) Multimédia e Tecnologias Interativas, FCA, Nuno Magalhães Ribeiro;

- p) Modelação de Dados em UML, FCA, José Borges, João Cunha, Teresa Dias;
- q) Requirements Engineering – Fundamentals, Principles and Techniques, Klaus Pohl, Springer;
- r) Mastering Achimate – Gerben Wierda, R&A, The Netherlands;
- s) BPMN 2.0 Specification, Object Management Group;
- t) TCP/IP Teoria e Prática, FCA, Fernando Boavida;
- u) Lei n.º 58/2019, de 8 de agosto;
- v) Resolução do Conselho de Ministros n.º 41/2018, de 28 de março.

10.3.7. Será aplicada em igualdade de circunstâncias a todos os candidatos, ou seja, a mesma prova, no mesmo dia e hora. Não sendo possível a realização de 2ª chamada.

10.4. Avaliação Curricular

A Avaliação Curricular (AC) visa analisar a qualificação dos candidatos, designadamente a habilitação académica ou profissional, percurso profissional, relevância da experiência adquirida e da formação realizada, tipo de funções exercidas e a avaliação do desempenho obtida, apenas quando o candidato tiver executado atribuição, competência ou atividades idênticas às do posto de trabalho a ocupar.

10.4.1. A AC é expressa numa escala de 0 (zero) a 20 (vinte) valores, com valoração até às centésimas, sendo a classificação obtida através da média aritmética ponderada das classificações dos elementos a avaliar.

10.4.2. Na AC serão considerados e ponderados os seguintes parâmetros: Habilitação académica de base (HAB), formação profissional (FP), experiência profissional (EP) e avaliação de desempenho (AD).

10.4.3. A nota final da AC é calculada pela seguinte fórmula:

$$AC = 0,35 \times HAB + 0,25 \times FP + 0,25 \times EP + 0,15 \times AD.$$

10.4.4. Os candidatos que obtenham pontuação inferior a 9,50 valores na Avaliação Curricular consideram-se excluídos do procedimento, não lhes sendo aplicado o método seguinte.

10.5. Entrevista de Avaliação de Competências:

A Entrevista de Avaliação de Competências (EAC) tem como objetivo avaliar aspetos como a motivação, através do interesse pelo serviço público e razões da candidatura; argumentação, apreciando a organização de pensamento, manifestada através da capacidade de expressão oral; e a experiência profissional. A Entrevista de Avaliação de Competências é avaliada segundo os níveis classificativos de Elevado, Bom, Suficiente, Reduzido e Insuficiente, aos quais correspondem, respetivamente, as classificações de 20 (vinte), 16 (dezassexto), 12 (doze), 8 (oito) e 4 (quatro) valores, sendo considerados os seguintes aspetos:

- a) Motivação e qualificação para desempenho das funções (M);
- b) Capacidade de expressão e fluência verbal (EFV);
- c) Conhecimentos do conteúdo funcional (CF);
- d) Sentido de missão na prestação de serviço público (SP).

10.5.1. Classificação da Entrevista Profissional de Seleção (EPS) é obtida através da seguinte fórmula:

$$EAC = (M + EFV + CF + SP)/4$$

10.5.2. Os candidatos que obtenham pontuação igual ou inferior a 9,50 valores serão excluídos do procedimento.

11. Cada um dos métodos de seleção é eliminatório pela ordem enunciada no presente aviso, considerando-se excluídos os candidatos que tenham obtido uma classificação inferior

a 9,5 valores num dos métodos de seleção, não lhe sendo aplicado o método seguinte. São igualmente considerados excluídos do procedimento os candidatos que faltarem aos métodos de seleção.

12. A publicação dos resultados obtidos em cada método de seleção é efetuada através de listas, afixadas em local visível, público nas instalações da Divisão de Recursos Humanos do Instituto Hidrográfico e disponível na página eletrónica do Instituto Hidrográfico, sendo que os candidatos aprovados em cada método são convocados para a realização do método seguinte, através de notificação, do dia, hora e local para a realização dos métodos de seleção, nos termos previstos no artigo 22º da Portaria.

13. De acordo com o disposto no artigo 25.º da Portaria, os candidatos excluídos serão notificados para a realização da audiência dos interessados.

14. Os parâmetros de avaliação e a respetiva ponderação de cada um dos métodos de seleção a utilizar, a grelha classificativa e o sistema de classificação final constam de atas do júri, e são publicitadas na página eletrónica www.hidrografico.pt.

15. A lista unitária de ordenação final dos candidatos, após homologação, é afixada em local visível, público, nas instalações da Divisão de Recursos Humanos do Instituto Hidrográfico e disponibilizada na página eletrónica www.hidrografico.pt, sendo ainda publicado aviso no *Diário da República*, bem como remetida a cada concorrente por correio eletrónico ou ofício registado, em data oportuna, após aplicação dos métodos de seleção.

16. Em caso de igualdade de classificação, procede-se ao desempate dos candidatos, nos termos do artigo 24.º da Portaria.

17. Nos termos do Decreto-lei n.º 29/2001, de 3 de fevereiro, o candidato com deficiência tem preferência em igualdade de classificação, a qual prevalece sobre qualquer outra preferência legal. Os candidatos devem declarar no requerimento de admissão, sob compromisso de honra, o respetivo grau de incapacidade, o tipo de deficiência e os meios de comunicação/expressão a utilizar no processo de seleção, nos termos do diploma supramencionado.

18. Nos termos do disposto no Despacho nº 373/2000, publicado no Diário da República nº 77, 2ª série de 31 de março de 2000, faz-se constar a seguinte menção: “Em cumprimento da alínea h) do artigo 9º da Constituição, a Administração Pública enquanto entidade empregadora, promove ativamente uma política de igualdade de oportunidades entre homens e mulheres no acesso ao emprego e na progressão profissional, evidenciando escrupulosamente no sentido de evitar toda e qualquer discriminação”.

19. O presente anúncio será publicitado no *Diário da República*, 2ª Série, na Bolsa de Emprego Público (BEP) e na página eletrónica do Instituto Hidrográfico.

Lisboa, 10 de setembro de 2024, O Diretor-geral – João Paulo Ramalho Marreiros, Contra-almirante